

Entrevista concedida pelo Deputado Waldemar Borges à AGP em 15 de Setembro de 2014

1 – AGP – Deputado, como eram tratados, em governos anteriores, os temas ligados aos segmentos de Geologia e Mineração?

Dep. Waldemar Borges – A partir do momento em que comecei a interagir mais com integrantes do segmento, fui aprofundando, não apenas meu conhecimento sobre a área, mas, sobretudo, a minha compreensão sobre a importância estratégica desse setor. O que ocorreu foi que, quando da extinção da estatal Minérios de Pernambuco S/A, os dois temas ficaram a cargo de uma gerência da AD DIPER, que teve vida efêmera e pouco ou nada conseguiu realizar. Daí para a frente o Governo de PE ficou totalmente despreparado para tratar desses temas. Não havia nenhuma interlocução tecnicamente capacitada entre o Governo e os órgãos federais que tratam dos temas, especialmente o DNPM e a CPRM. Daí, ter sido pouco trabalhado o conhecimento geológico do território estadual. Tampouco o Governo interagiu com empresas privadas. Foi o caso do grupo Votorantim, no “Projeto Níquel de Limoeiro”; ou com as empresas que estão prospectando petróleo nos lotes situados na Bacia PE licitados pela ANP. Ou até casos mais simples, como uma indústria de vidros para embalagens, e que demanda minerais industriais como areia (sílica), calcário e feldspato, o Governo não dispunha de servidores preparados para prestar informações básicas.

2 – AGP – E qual foi a alteração deste quadro provocada pela ação do Governo Eduardo Campos e através de suas gestões?

Dep. Waldemar Borges – O Governador Eduardo Campos tinha perfeita compreensão dessa lacuna e sabia que tínhamos que correr atrás para recuperar o tempo perdido. Foi isso o que ele me disse já na primeira vez que levei a ele documentos elaborados por representantes do segmento. A partir das reivindicações apresentadas pelas entidades de classe dos profissionais da área (AGP, ANBEM e Clube de Engenharia), foi implantada uma Gerência Geral de Recursos Minerais, ligada a uma Secretaria Executiva de Recursos Naturais, ambas hoje ligadas à Secretaria de Infraestrutura. O trabalho inicial, que ainda está sendo executado, foi se inteirar do que está acontecendo no Estado, estruturar a Gerência e preparar um plano de ação, fase em que foram, ou

serão, ouvidos todos os representantes da sociedade civil organizada com interesse em Geologia e Mineração.

3 – AGP - Quais as perspectivas estes desses dois segmentos no âmbito do Governo Estadual?

Dep. Waldemar Borges – Quando o Governo começou a se inteirar e conhecer a realidade desses setores ficou claro que a estrutura criada não teria condição de produzir os resultados desejados e esperados. Assim estão adiantados os preparativos para criação da **Agencia Pernambucana de Mineração, Petróleo e Gás.**, e esta foi uma decisão do governo. Será uma estrutura enxuta, um órgão voltado ao fomento das atividades e atuará priorizando o estabelecimento de parcerias com os órgãos federais já citados, com a UFPE – Departamentos de Geologia e de Engenharia de Minas – com órgãos ambientais estaduais e federais. Vale enfatizar que a atuação terá como base um planejamento o qual, durante sua elaboração e execução, garantirá à interação com a sociedade.

AGP – Como está se desenvolvendo esta tramitação para a criação de nossa almejada Agencia?

Dep. Waldemar Borges – O projeto de lei já está no Gabinete da Casa Civil. Em breve, deve ser remetido à Assembléia e lá eu acompanharei toda a sua tramitação, trabalhando para que ele seja aprovado o mais rapidamente possível, obviamente com o debate democrático e o aperfeiçoamento que eventualmente seja oferecido pelos parlamentares.

AGP – Muito obrigado por esta entrevista Deputado, boa campanha e sucesso na reeleição.

Dep. Waldemar Borges – Eu que agradeço a oportunidade de divulgar as ações de governo das quais participei e espero poder continuar lutando pelos interesses da mineração em nosso estado.